

**DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO**

(do processo de Cbex ao MP/TCU, via Segest/Scbex)

TC 000.292/2014-1

Autuado o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada à Advocacia-Geral da União, e promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares (Cadirreg), de que trata o art. 1º, §3º, da Resolução-TCU 241/2011, encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Segest/Scbex, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

Responsável	Data do trânsito em julgado (individualizada)	Acórdão
Alter Alvez Ferraz	02/11/2013	Acórdão n.º 884/2007– TCU – 1ª Câmara (condenatório) Acórdão n.º 6285/2010- TCU- 1ª Câmara (Recurso de Reconsideração) Acórdão n.º 1136/2011- TCU- 1ª Câmara (embargos de declaração) Acórdão n.º 1175/2011- TCU- Plenário (recurso de revisão) Acórdão n.º 2197/2011- TCU - Plenário (recurso de agravo) Acórdão 7557/2012 - TCU – 1ª Câmara (Retificador) Acórdão n.º 6452/2013 – TCU – 1ª Câmara (Retificador)
Francisco Campos de Oliveira	11/12/2013	Acórdão n.º 884/2007– TCU – 1ª Câmara (condenatório) Acórdão n.º 6285/2010- TCU- 1ª Câmara (Recurso de Reconsideração)



		Acórdão nº 1136/2011- TCU- 1ª Câmara (embargos de declaração) Acórdão nº 1175/2011- TCU- Plenário (recurso de revisão) Acórdão nº 2197/2011- TCU - Plenário (recurso de agravo) Acórdão 7557/2012 - TCU – 1ª Câmara (Retificador) Acórdão n.º 6452/2013 – TCU – 1ª Câmara (Retificador)
Gilton Andrade Santos	25/10/2013	Acórdão n.º 884/2007– TCU – 1ª Câmara (condenatório) Acórdão nº 6285/2010- TCU- 1ª Câmara (Recurso de Reconsideração) Acórdão nº 1136/2011- TCU- 1ª Câmara (embargos de declaração) Acórdão nº 1175/2011- TCU- Plenário (recurso de revisão) Acórdão nº 2197/2011- TCU - Plenário (recurso de agravo) Acórdão 7557/2012 - TCU – 1ª Câmara (Retificador) Acórdão n.º 6452/2013 – TCU – 1ª Câmara (Retificador)

Esclareço que o Acórdão 7557/2012-TCU – 1ª Câmara tornou insubsistente a multa aplicada ao Sr. Alter Alves Ferraz, em razão de seu falecimento antes do trânsito em julgado do acórdão condenatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Secretaria-Geral de Controle Externo
Secex-MT

Ressalte-se ainda que o Acórdão nº 6285/2010 – TCU – 1ª Câmara conheceu e deu provimento parcial ao Recurso de Reconsideração interposto pela responsável VLM Agropecuária LTDA., reduzindo o valor histórico do débito de R\$ 54.11,51 para R\$ 11.728,36.

Secex-MT, em 04 de abril de 2014.

(assinado eletronicamente)

Renato Furtunato Jacobs

Chefe de Serviço (matr. 9791-8)